



Alimentação saudável e sustentável

Liderança vem com preservação

Para o deputado Marcelo Ramos, só com uma política ecológica séria é que o país será respeitado no cenário internacional

» ROSANA HESSEL

O Brasil precisa ter uma política efetiva de desenvolvimento sustentável, voltada para a preservação do meio ambiente e melhora da qualidade dos alimentos que a população consome. Assim, o país conseguirá conquistar, definitivamente, a liderança do mercado agropecuário internacional, pois os consumidores estão cada vez mais exigentes lá fora em relação à origem dos produtos. No mercado interno, porém, essa cultura começa a ser absorvida e tem tudo para virar uma tendência. A avaliação é do deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM), primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, exposta ontem no *Correio Talks Live — Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável*.

O parlamentar relacionou dois grandes desafios para o país desenvolver uma agenda ambiental mais sustentável. O primeiro é o combate ao desmatamento e o segundo, a redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa.

Conforme dados do Observatório do Clima apresentados em levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a agricultura é responsável por 44% dessas emissões no país. Junto com a pecuária, responde por 80% dos gases de efeito estufa despejados pelo país.

Discurso vazio

Na avaliação do parlamentar, para o Brasil desenvolver uma política de desenvolvimento sustentável será preciso combater o discurso governamental “sem lastro” na área ambiental, na qual as autoridades desprezam os constantes dados recorde de desmatamento. Para Ramos, o país não pode usar a desculpa de que desmatou menos do que outros países desenvolvidos, e que tem uma matriz energética mais limpa, para defender

Carlos Vieira/CB Press

Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável

Patrocínio: **idec**
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor



Debater políticas de desenvolvimento sustentável deixou de ser uma opção para ser uma imposição. Não podemos escolher não enfrentar o aumento da temperatura no planeta ou aumento do volume de gases de efeito estufa*

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), 1º vice-presidente da Câmara

o desmatamento e a invasão de áreas preservadas.

“Óbvio que esse é um argumento que não se sustenta para um país que quer ser respeitado no planeta. Tudo isso deve ser saudado e reconhecido pelo mundo, mas não pode ser uma autorização para, daqui para frente, desmatarmos mais e emitirmos mais”, salientou.

Nesse sentido, Ramos também defendeu arcabouços legislativo, administrativo e policial mais rígidos, sem deixar de garantir a geração de riqueza para as populações tradicionais das áreas de florestas. “Precisamos estabelecer um arcabouço

jurídico para o desenvolvimento de uma bioeconomia. E, nesses parâmetros, estamos discutindo no Congresso os fundamentos de uma lei do bioma amazônico”, destacou.

De acordo com Ramos, a busca por políticas de sustentabilidade passou a ser obrigatória em um cenário em que o debate ambiental ganha mais importância, enquanto ocorrem tragédias provocadas pelas mudanças climáticas, no Brasil e no exterior. “Debater políticas de desenvolvimento sustentável deixou de ser uma opção, uma escolha, para ser uma imposição. Não podemos escolher não enfrentar o

aumento da temperatura no planeta ou aumento do volume de gases de efeito estufa”, ressaltou.

Na avaliação de Ramos, é preciso enfrentar a questão das tragédias climáticas recentes, porque esse debate é importante, especialmente do ponto de vista econômico. “A economia no mundo, hoje, não prosperará se não houver uma lógica de sustentabilidade ambiental”, alertou. O deputado lembrou que, sem uma maior preocupação com o meio ambiente, a opção do Brasil em ser um país exportador do agronegócio — “que é fundamental para o equilíbrio

da balança comercial brasileira”, destacou — pode ficar comprometida.

Barreiras

O parlamentar lembrou que, sem priorizar esse debate, buscando mecanismos de redução de emissões e do desmatamento no processo produtivo, o Brasil passará a ser vítima das barreiras internacionais que estão sendo erguidas, principalmente na Europa, um dos maiores destinos dos produtos nacionais.

“Se não tivermos barreiras internas (para evitar desmatamento e emissões de gases estufa na produção do agronegócio), vamos inviabilizar o agronegócio exportador por conta das barreiras internacionais, como as taxas de carbono, que a União Europeia pretende adotar em um curto espaço de tempo”, alertou.

Ramos também defendeu medidas de desenvolvimento regional, como a Zona Franca de Manaus (ZFM), uma vez que esse benefício à indústria instalada no Amazonas, embora muito criticado, tem ajudado a evitar o aumento do desmatamento do estado — o que, segundo ele, não ocorre em estados vizinhos. “Para vermos a efetividade da Zona Franca como instrumento de proteção ambiental, basta comparar os estados de Rondônia e do Pará, que têm índices de degradação muito maiores do que os do Amazonas”, afirmou.

Apesar das críticas ao governo federal na política ambiental, Ramos elogiou o Executivo por incluir na lista de prioridades da pauta legislativa a aprovação do Projeto de Lei 528/21, que regulamenta o mercado de crédito de carbono e é de autoria do parlamentar. Segundo o deputado, a proposta deve ajudar o país no enquadramento de medidas para reduzir as emissões de gases, valorizando os produtores que investem em medidas sustentáveis.



Fábio Gomes: falta de regulação facilita alimentação de baixa qualidade

Comida saudável: sonho distante

» GABRIELA CHABALGOITY

O sistema alimentar deve ser sustentável, saudável, equânime e justo. A preocupação é de Fábio Gomes, representante da Organização Panamericana de Saúde (Opas), que aproveitou a participação no *Correio Talks Live — Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável* para fazer um alerta: as frutas e hortaliças distribuídas no país são “envenenadas” e oriundas de sementes transgênicas, que trazem vários malefícios à saúde. Para ele, a disponibilização de alimentos dessa natureza “é injusto com a população”.

“Precisamos ter a coerência de não ultra-processar alimentos orgânicos e nem envenenar alimentos minimamente processados e frescos”, salientou.

Mas essa busca por uma alimentação saudável parece um objetivo cada vez mais distante. Gomes aponta a participação dos mercados abastecedores na consolidação de uma alimentação cada vez menos saudável, pois não há uma regulação. “Os mercados de grande superfície garantem um sistema alimentar insustentável do ponto de vista ambiental, do desenvolvimento socioeconômico e do impacto na saúde”, lamentou.

“Quanto mais o nosso sistema alimentar é controlado, do ponto de vista do arrefecimento, por essas cadeias de supermercados de grande superfície, e controlado por corporações transnacionais, mais a gente compromete a sustentabilidade”, acrescentou.

Distanciamento

Para Gomes, o Brasil já esteve muito mais próximo de um sistema alimentar sustentável e saudável do que hoje. “É importante ficar claro que o sistema foi sendo sabotado por esse conjunto de produtos, de práticas e de políticas que provocam essas epidemias como a de desnutrição, obesidade, das mudanças climáticas e ambientais. A gente só freia essas sabotagens e garante um sistema alimentar saudável, com um desenvolvimento sustentável”, disse, para acrescentar:

“Para isso, precisamos de regulação. É importante o papel do legislador para o sistema ser saudável e sustentável. É fundamental que haja medidas regulatórias que possam restringir o avanço e a presença de produtos ultra-processados na alimentação do brasileiro. E que ampliem o acesso da população à comida de verdade”, observou.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

Sustentabilidade deve ser regra na produção

» TAÍSA MEDEIROS

As políticas públicas para a agricultura têm distanciado o país de uma produção mais sustentável. Este foi o ponto enfatizado pelo deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP), ontem, durante o *Correio Talks Live — Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável*. Para o parlamentar, sendo ou não uma agricultura familiar, é preciso trabalhar na direção de produção mais sustentável.

“Estamos há 500 anos derubando florestas, abrindo novas propriedades, ocupando terra pública, expandindo a área de produção agrícola. Uma série de questões relacionadas à sustentabilidade precisam ser levadas em conta nesse contexto: utilização da água, preservação do solo, utilização de agrotóxicos. Na pauta de hoje (ontem) do Congresso há um projeto de lei que trata da questão de agrotóxicos”, lamentou Agostinho.

O PL versa sobre as novas regras para avaliação, aprovação e fiscalização da produção e comercialização de defensivos agrícolas. A proposta prevê uma análise mais completa e leva em consideração os riscos à saúde e ao meio ambiente — inclusive, acrescenta critérios referentes à exposição das pessoas a esses produtos.

As importações de fertilizantes pelos produtores brasileiros atingiram nível recorde em 2021:

foram 41,6 milhões de toneladas entre janeiro e dezembro, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para Rodrigo Agostinho, o consumidor está mais exigente e evita consumir alimentos produzidos com agrotóxicos. “Se todo mundo pudesse escolher, escolheria produtos orgânicos, mais ecológicos, sem pesticidas. Temos um mercado que fornece de tudo, coloca de tudo na prateleira e nem sempre o consumidor sabe o que está consumindo”, criticou.

Inovação familiar

Por isso, o parlamentar salienta que cresce a busca por produtos vindos da agricultura familiar — que, apesar da falta de apoio das políticas públicas, inova mais do que a agrícola convencional. “A gente tem visto cada vez mais a utilização de bioinsumos para controle biológico, com produção orgânica, que cresce mais que a produção não-orgânica”, destacou, criticando a ênfase em políticas públicas que incentivam “apenas a agricultura convencional, que, hoje, tem subsídios de sementes, crédito agrícola facilitado, subsídios no preço dos agrotóxicos, facilidade de obras e infraestrutura para escoamento da produção”.

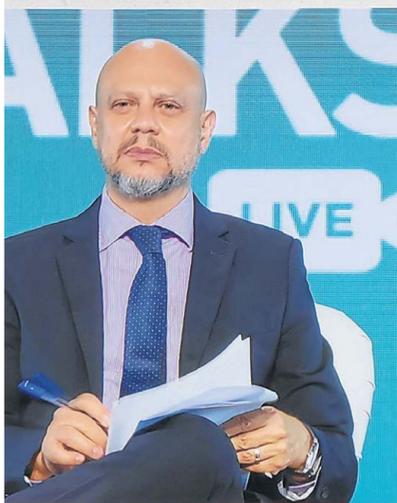
“Diferentemente da agricultura familiar, na qual o proprietário não tem o que

Carlos Vieira/CB/D.A.Press

Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável

Patrocínio: **idec**
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Realização



Correio Braziliense



Rodrigo Agostinho
Deputado Federal. (PSB-SP)

Os investimentos na área de ciência no Brasil estão caindo assustadoramente. Se a gente tem uma agricultura forte é porque o Brasil investiu em ciência e tecnologia, e a gente está vendo tudo isso se perder*

Deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP)

dar em garantia para comprar sua semente, para conseguir crédito”, complementou. Agostinho lembra que o pequeno produtor enfrenta desafios como o desmonte das instituições de fomento

e assistência técnica — sobretudo Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural).

“Os investimentos na área

de ciência no Brasil estão caindo assustadoramente. Se a gente tem uma agricultura forte é porque o Brasil investiu em ciência e tecnologia, e a gente está vendo tudo isso se perder”, alertou.